



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

028. PROVA OBJETIVA

CONTADOR II

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre
- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
 - (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
 - (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
 - (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
 - (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.
02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.
- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
 - (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
 - (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
 - (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
 - (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 08:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

- 03.** Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.
- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
 - (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
 - (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
 - (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
 - (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.
- 04.** No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de
- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
 - (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
 - (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
 - (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
 - (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.
- 05.** Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.
- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
 - (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
 - (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
 - (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
 - (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.
- 06.** A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:
- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
 - (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
 - (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
 - (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
 - (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...

07. Observe o emprego das aspas nas passagens:

... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)

... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)

É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de

- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
- (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
- (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
- (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
- (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.

08. Considere as seguintes passagens:

... por não ter sido considerada **apta a** se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)

... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)

... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)

Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.

- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
- (B) inepta para; ineficazes para; descrer da.
- (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
- (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
- (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

11. A pessoa que gasta $\frac{2}{5}$ do que tem na conta bancária, em

seguida gasta novamente $\frac{2}{5}$ do que ainda restar na conta

bancária, e repete essa mesma ação uma terceira vez, termina, na conta bancária, com uma fração da quantia inicial igual a:

(A) $\frac{18}{125}$

(B) $\frac{27}{125}$

(C) $\frac{33}{125}$

(D) $\frac{39}{125}$

(E) $\frac{42}{125}$

12. A direção de um terminal rodoviário de ônibus pretende diminuir a ocorrência de partidas simultâneas da linha F, que parte a cada 4 minutos, e da linha G, que parte a cada 6 minutos. Para isso, vai alterar a frequência de partidas dessas linhas, propondo que, na linha F, haja partidas a cada 3 minutos e, na linha G, partidas a cada 5 minutos. Com essas alterações, o número de partidas simultâneas dessas linhas, no horário que inicia às 5 horas com a partida simultânea dos ônibus das duas linhas até às 10 horas, terá uma diminuição de

(A) 2.

(B) 3.

(C) 4.

(D) 5.

(E) 6.

13. Um projeto da prefeitura de um município estabeleceu a visitação de três mil domicílios para verificação das condições sanitárias de cada um deles. A equipe responsável planejou que, a cada dia de trabalho, fossem visitados 10% dos domicílios que ainda não tinham sido visitados.

Se o plano for executado conforme o planejado, após os três primeiros dias de trabalho, o número de domicílios que já foram visitados é igual a

(A) 900.

(B) 865.

(C) 844.

(D) 827.

(E) 813.

14. Em um município, foi feita uma enquete para verificar a razão, em cada bairro, entre o número de domicílios com 3 ou menos moradores e o número de domicílios com mais de 3 moradores. Na Vila Paraíso, os 48 domicílios geraram a razão $\frac{3}{5}$. O resultado da enquete feita

nos 65 domicílios do Jardim Felicidade mostrou que, em relação aos domicílios com 3 ou menos moradores, havia 2 unidades desse tipo a mais do que o número de domicílios do mesmo tipo verificado na Vila Paraíso.

No Jardim Felicidade, qual foi a razão obtida?

(A) $\frac{2}{5}$

(B) $\frac{5}{12}$

(C) $\frac{3}{7}$

(D) $\frac{4}{9}$

(E) $\frac{9}{20}$

15. Em uma das salas de uma imobiliária, 12 pessoas prepararam 216 envelopes de uma campanha de lançamento de um edifício em 30 minutos. Em outra sala, 26 pessoas trabalharam no mesmo preparo desse material durante 45 minutos. Supondo que velocidade de preparo desses envelopes seja igual para todos os envolvidos, qual é o número total de envelopes preparados por esses dois grupos?

(A) 918.

(B) 894.

(C) 870.

(D) 856.

(E) 834.

16. Quatro amigas participaram de uma campanha de arrecadação de fundos para o projeto de uma biblioteca comunitária. Milena conseguiu arrecadar o equivalente à metade do que Jane conseguiu. Kátia arrecadou 250 reais a mais do que o triplo de Jane. E Luana conseguiu exatamente a quarta parte do que Kátia arrecadou.

Sabendo que Kátia arrecadou R\$ 3.850,00, quanto Luana arrecadou a mais do que Milena?

(A) R\$ 284,50.

(B) R\$ 362,50.

(C) R\$ 390,50.

(D) R\$ 402,50.

(E) R\$ 413,50.

17. O supermercado CompraCerta fez uma promoção dos produtos X e Y. Aproveitando os bons preços, Paulo comprou 2 unidades de X e 3 unidades de Y e pagou, ao todo, 41 reais. Renato comprou 5 unidades de X e 2 unidades de Y e pagou, por essas unidades, a quantia de 53 reais. Tadeu comprou 3 unidades de X e 4 unidades de Y, e Valter comprou 4 unidades de X e 2 unidades de Y.

Em relação aos gastos desses dois produtos por essas quatro pessoas, a lista que indica a ordem de gastos, começando com quem menos gastou e terminando com quem mais gastou é:

- (A) Tadeu; Paulo; Valter; Renato.
- (B) Valter; Paulo; Tadeu; Renato.
- (C) Paulo; Valter; Renato; Tadeu.
- (D) Valter; Paulo; Renato; Tadeu.
- (E) Paulo; Tadeu; Valter; Renato.

18. Todos os funcionários de um setor de uma empresa foram consultados sobre cinco modelos de mesa de trabalho. Cada funcionário votou em uma única opção, e os números de votos obtidos para os modelos A, B, C, D e E foram, respectivamente: 1, 2, 3, 4 e 5. Com esses dados, foi construído um gráfico de setores circulares.

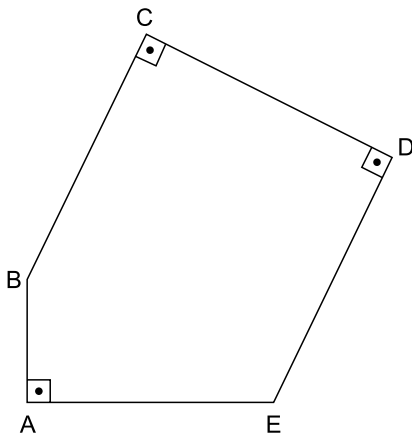
A soma da medida do ângulo central do setor que representa os votos no modelo A, com a medida do ângulo central que representa os votos no modelo C é igual a

- (A) 48° .
- (B) 60° .
- (C) 72° .
- (D) 96° .
- (E) 120° .

19. Em 2020, Teresa e Marcelo eram um casal sem filhos, e a média aritmética simples das idades dessa família de duas pessoas era igual a 26 anos. Em 2023, esse casal já possuía um filho com 2 anos e, em 2025, eles já tinham uma filha com 2 anos. Em 2025, a média aritmética simples das idades dos quatro componentes dessa família era menor do que a média aritmética das idades dos componentes da família em 2020 em

(A) 9 anos.
(B) 8 anos.
(C) 7 anos.
(D) 6 anos.
(E) 5 anos.

20. A figura a seguir, fora de escala, representa um pátio em um edifício.



O segmento AB representa uma medida de 5 metros, e o segmento AE representa uma medida de 12 metros. Sabe-se, também, que o polígono representado pelos vértices BCDE é de formato quadrado. Com essas informações, é correto afirmar que a área desse pátio é de

(A) 185 m^2 .
(B) 192 m^2 .
(C) 199 m^2 .
(D) 203 m^2 .
(E) 210 m^2 .

21. Um profissional que possui a configuração padrão do MS-Windows 11 em seu computador está utilizando o programa Explorador de Arquivos para visualizar um arquivo de texto que precisa ser compartilhado com os demais integrantes de seu departamento. Para impedir alterações, ele planeja habilitar o atributo “Somente Leitura” para esse arquivo.

Ao clicar sobre o nome do arquivo com o botão secundário do mouse, qual é a opção do menu que surge que deve ser selecionada por esse profissional para que seja iniciada a ativação do atributo pretendido?

- (A) Configurações.
- (B) Permissões.
- (C) Privacidade.
- (D) Propriedades.
- (E) Recursos.

22. Considere um documento em preparação com o MS-Word 2016, em sua configuração padrão, cujas páginas possuem duas colunas de igual largura. Desejando que um dado parágrafo seja posicionado no início da próxima coluna, o usuário que o está editando deve inserir uma “Quebra de Coluna” antes desse parágrafo. Para executar essa ação, o usuário deve usar os recursos disponíveis na guia

- (A) Arquivo.
- (B) Design.
- (C) Exibir.
- (D) Inserir.
- (E) Layout.

23. Para avaliar os gastos mensais com limpeza realizados por sua empresa no primeiro semestre do ano, um funcionário organizou as informações em uma planilha do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, como mostrado a seguir:

	A	B
1	Mês	Despesa
2	Janeiro	R\$ 48.000,00
3	Fevereiro	R\$ 51.000,00
4	Março	R\$ 47.000,00
5	Abril	R\$ 55.000,00
6	Maior	R\$ 46.000,00
7	Junho	R\$ 45.000,00
8	Pior mês	Abril

Para obter a indicação automática sobre o “pior mês”, isto é, aquele em que houve o maior gasto, a fórmula que deve ser inserida na célula B8 é:

- (A) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MAIOR(B2:B7);B2:B7;0))
- (B) =ÍNDICE(CORRESP(MAIOR(B2:B7);B2:B7;0);A2:A7)
- (C) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);B2:B7;0))
- (D) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);0);B2:B7)
- (E) =ÍNDICE(CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);B2:B7;0);A2:A7)

24. Um usuário do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, está preparando uma apresentação na qual deseja incluir anotações específicas para cada slide, que não são visíveis para a audiência, mas que podem conter lembretes que servem de roteiro para o apresentador.

Assinale a alternativa que contém o modo de visualização a ser usado para editar as anotações desejadas.

- (A) Modo Normal.
- (B) Exibição de Leitura.
- (C) Disposição de Temas.
- (D) Classificação de Slides.
- (E) Apresentação de Slides.

25. Um servidor público que utiliza o conjunto de ferramentas e serviços disponíveis no Google Workspace deseja permitir que usuários externos agendem horários diretamente via Google Agenda. Para iniciar a concessão dessa permissão, ele deve clicar no botão + Criar, no canto superior esquerdo da tela do aplicativo, e selecionar a opção

- (A) Adição de agendamentos.
- (B) Agendamento de horários.
- (C) Autorização de conferência.
- (D) Marcação de compromissos.
- (E) Permissão de convocação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. De acordo com os princípios orçamentários para o setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio do Orçamento Bruto permite que as receitas orçamentárias sejam registradas pelo seu valor líquido de deduções, visando simplificar a compreensão do saldo disponível para gastos.
- (B) O princípio da Anualidade ou Periodicidade delimita que o exercício financeiro orçamentário deve ter a duração exata de dois anos civis para permitir o planejamento de médio prazo.
- (C) O princípio da Universalidade determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) O princípio da Não-Vinculação (ou Não-Afetação) veda a vinculação de toda e qualquer receita pública a órgãos, fundos ou despesas, não admitindo exceções nem mesmo para as áreas de saúde e educação.
- (E) Segundo o princípio da Exclusividade, a Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que tratem de alterações na legislação tributária.

27. No que se refere às etapas da receita orçamentária e sua cronologia, assinale a alternativa correta.

- (A) A ordem sistemática das etapas da receita inicia-se com a previsão e termina com o recolhimento, sendo que a etapa da arrecadação corresponde à entrega dos recursos pelos contribuintes aos agentes arrecadadores e representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.
- (B) O lançamento é definido como a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, devendo ocorrer em estrita observância ao princípio da unidade de tesouraria, sendo permitida a fragmentação para criação de caixas especiais em casos excepcionais.
- (C) Todas as etapas da receita orçamentária (previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento) ocorrem obrigatoriamente para todos os tipos de receitas orçamentárias, não havendo hipótese de arrecadação de receitas que não tenham sido previstas ou lançadas.
- (D) A etapa da previsão consiste no procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo, sendo aplicada exclusivamente a doações em espécie recebidas pelos entes públicos.
- (E) A previsão de receitas é a etapa que sucede obrigatoriamente à fixação do montante de despesas que constarão nas leis de orçamento, servindo apenas para demonstrar o comportamento da série histórica de arrecadação sem relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

28. No início do exercício de 20X2, uma entidade pública possuía um saldo de Restos a Pagar Processados (RPP) referente a uma aquisição de materiais de consumo entregues e liquidados no exercício de 20X1. Em março de 20X2, a entidade realizou o pagamento integral dessa dívida. Considerando a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o regime de competência, assinale a alternativa que apresenta o lançamento correto de natureza de informação patrimonial para o momento do pagamento.

- (A) Débito: 3.3.1.1.x.xx.xx Materiais de Consumo (VPD)
Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
- (B) Débito: 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (P)
Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
- (C) Débito: 6.3.2.1.x.xx.xx RP Processados a Pagar
Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
- (D) Débito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
Crédito: 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)
- (E) Débito: 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)
Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

- 29.** Considerando as inovações e a metodologia estrutural trazidas pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) para a modernização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), assinale a alternativa correta.
- (A) O processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade exigiu que o PCASP priorizasse o aspecto orçamentário em detrimento do patrimonial, de modo que as Variações Patrimoniais (VPA e VPD) passem a ser reconhecidas obrigatoriamente apenas quando houver a respectiva arrecadação ou pagamento.
 - (B) A estrutura do PCASP, ao buscar a padronização nacional, estabelece uma relação de contas rígida e uniforme para todas as esferas de governo, sendo vedado aos entes federados qualquer tipo de detalhamento adicional das contas contábeis, ainda que para atender peculiaridades locais.
 - (C) O PCASP inovou ao extinguir a natureza de informação de controle, uma vez que os atos de gestão que não produzem modificações imediatas no patrimônio, como contratos e convênios, devem ser evidenciados apenas em notas explicativas e não mais no sistema contábil.
 - (D) Uma das maiores conquistas do PCASP é a segregação das informações orçamentárias, patrimoniais e de controle, na qual as contas são classificadas segundo a natureza da informação que evidenciam, de forma que os registros de natureza orçamentária não influenciem ou alterem os registros de natureza patrimonial, e vice-versa.
 - (E) Segundo o regime de competência adotado pelo PCASP, as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) devem ser reconhecidas nos períodos a que se referem, desde que estas transações sejam estritamente dependentes da execução orçamentária prévia.
- 30.** De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, o projeto básico é definido como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para definir e dimensionar a obra ou o serviço objeto da licitação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos elementos que deve constar, no mínimo, no projeto básico.
- (A) A estética do projeto arquitetônico e o traçado geométrico, sendo estes elementos suficientes para dispensar a realização de levantamentos topográficos e sondagens no projeto básico.
 - (B) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos.
 - (C) Orçamento fundamentado exclusivamente em metodologias expeditas ou paramétricas, sendo vedado o detalhamento de custos por quantitativos de serviços para não frustrar o caráter competitivo.
 - (D) Demonstração e justificativa do programa de necessidades e avaliação de demanda do público-alvo, elementos que substituem a necessidade de identificação dos tipos de serviços a executar.
 - (E) Apenas o memorial descritivo dos materiais de construção, ficando a cargo do contratado a realização de ensaios geotécnicos e análises laboratoriais somente após a assinatura do contrato.

31. De acordo com o art. 72 da Lei nº 14.133/2021, o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deve ser obrigatoriamente instruído com determinados documentos e justificativas. Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos elementos necessários à instrução desse processo.
- (A) Apresentação de justificativa de preço exclusivamente para os casos de dispensa de licitação, sendo este documento facultativo nos processos de inexigibilidade.
 - (B) Elaboração obrigatória de estudo técnico preliminar e análise de riscos para todos os processos de contratação direta, independentemente da complexidade do objeto.
 - (C) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.
 - (D) Publicação do ato que autoriza a contratação direta obrigatoriamente em jornal diário de grande circulação, em substituição à divulgação em sítio eletrônico oficial.
 - (E) Emissão de parecer jurídico apenas após a assinatura do contrato, com o objetivo de ratificar a escolha do fornecedor e a justificativa de preço apresentada.
32. De acordo com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) acerca das despesas com pessoal, assinale a alternativa correta.
- (A) A despesa total com pessoal deve ser apurada somando-se a despesa realizada no mês em referência com as dos seis meses imediatamente anteriores, adotando-se para esse fim o regime de caixa.
 - (B) O limite global da despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida para a União e 50% (cinquenta por cento) para os municípios.
 - (C) É nulo de pleno direito o ato que resulte em aumento da despesa com pessoal expedido nos 90 (noventa) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão, inclusive durante o período de reeleição.
 - (D) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite legal, fica vedado ao Poder ou órgão que incorreu no excesso a criação de cargo, emprego ou função, bem como a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
 - (E) Caso o limite de despesa com pessoal seja ultrapassado, o excesso deverá ser integralmente eliminado no quadrimestre subsequente, mediante a extinção imediata de cargos em comissão e funções de confiança.
33. Em relação ao auxílio que o Tribunal de Contas presta ao Congresso Nacional no exercício do controle externo, assinale a alternativa correta.
- (A) Compete ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluindo as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.
 - (B) O Tribunal possui a atribuição de julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, devendo elaborar um parecer prévio em até trinta dias a contar de seu recebimento.
 - (C) No caso de ilegalidade em contrato administrativo, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, que solicitará ao Poder Judiciário as medidas cabíveis.
 - (D) O Tribunal deve apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, abrangendo inclusive as nomeações para cargos de provimento em comissão.
 - (E) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa possuem natureza de recomendação, dependendo de confirmação pelo Poder Executivo para possuírem eficácia de título executivo.
34. De acordo com as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) sobre os requisitos para o tratamento de dados pessoais, assinale a alternativa correta.
- (A) O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante o fornecimento de consentimento pelo titular, não sendo admitidas outras bases legais para a operação.
 - (B) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
 - (C) As autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais são consideradas válidas e eficazes, desde que o titular assine o contrato de prestação de serviços.
 - (D) Cabe ao titular dos dados pessoais o ônus da prova de que o seu consentimento foi obtido em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.
 - (E) O consentimento fornecido pelo titular para o tratamento de seus dados é irrevogável, garantindo a segurança jurídica das operações realizadas pelo controlador.

35. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual e as definições relativas a trabalho de atestação e trabalho direto, assinale a alternativa correta.

- (A) No trabalho direto, o auditor independente deve realizar todos os procedimentos de coleta de dados pessoalmente, sendo-lhe vedado o uso de dados coletados ou compilados por sistemas de informação mantidos pela parte responsável.
- (B) A principal característica do trabalho de atestação é a responsabilidade do auditor independente pela mensuração ou avaliação inicial do objeto, tarefa que no trabalho direto é delegada a um profissional que não seja o auditor.
- (C) O trabalho direto é tecnicamente equivalente a um trabalho de compilação, visto que o auditor se limita a reunir informações sem a necessidade de aplicar habilidades de assecuração para testar a calibração de dispositivos de monitoramento.
- (D) No trabalho direto, o auditor independente é considerado independente em relação à informação do objeto, uma vez que ele não participa da preparação dos dados que fundamentam a sua própria mensuração.
- (E) No trabalho de atestação, o auditor expressa uma conclusão sobre se a informação do objeto preparada por outrem está livre de distorções relevantes, ao passo que no trabalho direto o auditor mensura ou avalia o objeto e apresenta o resultado dessa operação.

36. Uma entidade do setor público, adquiriu um sistema de radares meteorológicos para prevenção de desastres naturais. Os dados técnicos da aquisição são:

Custo de aquisição e instalação: R\$ 12.000.000,00

Valor residual estimado: R\$ 2.000.000,00

Vida útil estimada: 10 anos.

Data em que o sistema foi instalado e testado (pronto para uso): 15.10.20X3.

Data do início efetivo das operações de monitoramento: 01.01.20X4.

Considerando as disposições da NBC TSP 37, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor depreciável do sistema, montante que será alocado sistematicamente ao longo da vida útil, é de R\$ 14.000.000,00, resultante da soma do custo de aquisição com o seu valor residual.
- (B) O reconhecimento da despesa de depreciação do sistema de radares deve ser iniciado em 15.10.20X3, pois, nesta data, o ativo já se encontrava no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.
- (C) Caso as torres de suporte (custo de R\$ 9.000.000,00) possuam padrões de desgaste distintos, a entidade deve, ainda assim, depreciar o valor total de R\$ 12.000.000,00 de forma unificada para simplificar o controle patrimonial.
- (D) Se o sistema ficar inoperante por 6 meses durante o ano de 20X5 em razão de uma reforma na base de controle, a depreciação deve ser obrigatoriamente interrompida até que o ativo volte a gerar benefícios.
- (E) Para este tipo de ativo, a entidade pode adotar o método de depreciação baseado na receita orçamentária arrecadada pelo órgão, uma vez que o volume de recursos reflete a capacidade de manutenção do potencial de serviços do bem.

37. Sobre o reconhecimento e a mensuração de ativos e receitas em transações sem contraprestação, assinale a alternativa correta.

- (A) As restrições sobre ativos transferidos impõem ao recebedor uma obrigação presente de transferir benefícios econômicos ou potencial de serviços a terceiros no momento do reconhecimento inicial, o que exige o registro simultâneo de um passivo.
- (B) O anúncio da intenção de transferir recursos para uma entidade do setor público (compromisso de doação) é suficiente para o reconhecimento imediato de um ativo e de uma receita, independentemente da exequibilidade do acordo.
- (C) Os tributos são definidos como benefícios econômicos compulsoriamente pagos ao setor público, abrangendo em sua definição legal tanto os impostos quanto as multas e penalidades aplicadas em razão de infrações à legislação.
- (D) Quando uma entidade recebe um ativo sujeito a uma condição, ela deve inicialmente reconhecer um ativo e um passivo; a receita correspondente será reconhecida apenas na medida em que a entidade satisfaça a obrigação presente estabelecida por essa condição.
- (E) O reconhecimento de serviços em espécie, como o trabalho voluntário de profissionais em hospitais ou escolas públicas, é obrigatório para a entidade recebedora sempre que o valor justo do serviço puder ser mensurado de maneira confiável.

38. De acordo com as diretrizes relativas ao reconhecimento de provisões e ao tratamento de passivos e ativos contingentes no setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade possui uma obrigação presente, formalizada ou não, decorrente de um evento passado, sendo provável (mais provável que ocorra do que não ocorra) a saída de recursos para sua liquidação e possível uma estimativa confiável de seu valor; em casos de incerteza sobre a existência da obrigação na data do balanço, como em ações judiciais, a entidade deve considerar evidências adicionais fornecidas por eventos após a data das demonstrações contábeis.
- (B) Uma obrigação não formalizada (construtiva) de reestruturação surge e deve ser reconhecida como provisão no exato momento em que a administração da entidade toma a decisão interna de extinguir um serviço ou fechar uma agência, independentemente de essa decisão ter sido comunicada ou o plano ter sido iniciado antes da divulgação das demonstrações contábeis.
- (C) Por força do princípio da prudência, a entidade deve reconhecer no balanço patrimonial tanto os passivos contingentes quanto os ativos contingentes sempre que a saída ou entrada de benefícios econômicos, respectivamente, for avaliada como "possível", garantindo que os usuários tenham ciência de todos os riscos e potencialidades futuras.
- (D) Devem ser reconhecidas como provisões as perdas operacionais líquidas esperadas para exercícios futuros, uma vez que a expectativa de prejuízo nas atividades operacionais atende à definição de passivo e representa uma obrigação presente de manter o potencial de serviços da entidade.
- (E) No PCASP, o termo "provisão" possui um sentido amplo que abrange tanto os passivos de prazo ou valor incerto quanto as contas retificadoras de ativos, tais como o ajuste para perdas de recebíveis e a depreciação acumulada, visando a uniformização da terminologia contábil patrimonial.

39. No que concerne aos registros patrimoniais decorrentes das despesas orçamentárias de exercícios anteriores (DEA) e às normas que regem os ajustes de exercícios anteriores, assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as despesas de exercícios anteriores devem ser registradas invariavelmente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do exercício corrente, pois o regime orçamentário de caixa para a despesa sobrepõe-se ao regime patrimonial de competência nessas situações específicas.
- (B) Serão considerados como ajustes de exercícios anteriores apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- (C) No caso de Restos a Pagar com prescrição interrompida, o reestabelecimento da obrigação patrimonial deve ser contabilizado como uma nova Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no resultado do exercício corrente, para evitar distorções no Patrimônio Líquido.
- (D) Quando uma despesa de exercício encerrado, para a qual o orçamento consignava crédito próprio, não foi processada na época própria por erro da administração, o registro patrimonial deve ser realizado mediante débito em conta de VPD e crédito em conta de passivo.
- (E) O reconhecimento de compromissos após o encerramento do exercício correspondente dispensa a utilização de contas de Patrimônio Líquido, devendo o ajuste ser realizado diretamente contra as receitas orçamentárias arrecadadas no exercício anterior.

40. No que concerne às obrigações dos órgãos e das entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos, conforme estabelecido na Lei nº 14.129/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A autenticidade de documentos apresentados por usuários por meios digitais é meramente provisória, dependendo obrigatoriamente de posterior apresentação dos originais físicos ou reconhecimento de firma, mesmo que o envio original tenha sido assinado eletronicamente.
- (B) É dever dos órgãos e das entidades eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, as exigências desnecessárias ao usuário quanto à apresentação de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis.
- (C) A gestão das políticas públicas pelos órgãos prestadores deve ser pautada exclusivamente na tradição administrativa e na discricionariedade do gestor, sendo vedada a aplicação de inteligência de dados em plataforma digital para subsidiar tais decisões.
- (D) As ferramentas de transparência e controle das Plataformas de Governo Digital devem ser regulamentadas obrigatoriamente por lei em sentido estrito, sendo vedada à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a edição de normas complementares sobre o tema.
- (E) Os órgãos prestadores devem promover a replicação sistemática de registros de dados em todas as suas bases de dados internas, independentemente de razões de desempenho ou de segurança, visando garantir a redundância absoluta da informação.

41. De acordo com as normas brasileiras e o pronunciamento técnico que regula a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), assinale a alternativa correta.
- (A) As empresas no Brasil, seguindo as opções permitidas pelas normas internacionais, podem apresentar a Demonstração do Resultado de forma contínua com a Demonstração do Resultado Abrangente, em um único quadro demonstrativo.
 - (B) A estrutura da Demonstração do Resultado Abrangente inicia-se obrigatoriamente com o valor do lucro bruto apurado na Demonstração do Resultado, sendo este o ponto de partida para a inclusão dos itens identificados como “outros resultados abrangentes”.
 - (C) Determinados itens, como as mutações na reserva de reavaliação e os ganhos e perdas atuariais de planos de benefício a empregados, são reconhecidos como outros resultados abrangentes, mas não devem ser tratados como ajustes de reclassificação para o resultado líquido em exercícios posteriores.
 - (D) A divulgação do valor dos tributos sobre o lucro referentes a cada item de outros resultados abrangentes é facultativa, podendo a empresa optar por não apresentar essa informação nem na Demonstração do Resultado Abrangente, nem em notas explicativas.
 - (E) Os “outros resultados abrangentes” compreendem exclusivamente receitas e despesas que já foram reconhecidas na Demonstração do Resultado do exercício corrente, mas que precisam ser destacadas novamente para evidenciar o efeito no Patrimônio Líquido.
42. Sobre o custeio por absorção, custeio variável e custo-padrão, é correto afirmar:
- (A) O custeio variável é o critério plenamente consagrado e aceito pelas normas internacionais de contabilidade e pela legislação tributária brasileira para a avaliação de estoques.
 - (B) No método de custeio por absorção, apenas os custos diretos de fabricação são incluídos no valor dos produtos, devendo os custos indiretos ser lançados diretamente como despesa do período.
 - (C) O custeio por absorção é o método indicado pelos princípios contábeis e pela legislação societária brasileira, prevendo a inclusão de todos os gastos relativos à produção, tanto diretos quanto indiretos, no custo dos produtos.
 - (D) O custo-padrão, por ser predefinido com base em parâmetros técnicos, dispensa qualquer tipo de ajuste ao custo real para fins de publicação das demonstrações financeiras e atendimento à legislação fiscal.
 - (E) O custeio variável, embora útil para fins gerenciais, é vedado para qualquer tipo de análise de lucratividade de produtos, pois a ausência de rateios de custos indiretos distorce os resultados operacionais.
43. Uma empresa comercial varejista possui em seu estoque 100 unidades de um determinado produto, adquiridas pelo custo unitário de R\$ 200,00. Ao final do exercício social, a empresa realizou uma análise de mercado e identificou as seguintes estimativas para essas mercadorias:
- preço de venda estimado no curso normal dos negócios: R\$ 210,00 por unidade;
- gastos estimados com comissões de venda e tributos incidentes sobre o preço de venda: R\$ 25,00 por unidade;
- gastos estimados com fretes para entrega ao cliente: R\$ 5,00 por unidade.
- Com base na NBC TG 16 (R2) – Estoques, especificamente no que tange à mensuração de estoques para empresas comerciais e à definição de valor realizável líquido, qual deve ser o valor total desse estoque apresentado no Balanço Patrimonial da empresa em reais?
- (A) 21.000
 - (B) 20.000
 - (C) 19.000
 - (D) 18.500
 - (E) 18.000

Com base no enunciado a seguir, responda às questões **44, 45 e 46**.

Uma empresa industrial apresenta atualmente as seguintes informações:

preço de venda: R\$ 75;

margem de contribuição: 40%;

custos Fixos: R\$ 75.000/mês;

quantidade fabricada e vendida: 3.000 unidades por mês.

44. O ponto de equilíbrio em unidades é de

- (A) 1.667 unidades.
- (B) 1.000 unidades.
- (C) 3.000 unidades.
- (D) 2.500 unidades.
- (E) 500 unidades.

45. Qual é o percentual da atual margem de segurança (considere arredondamento para duas casas decimais)?

- (A) 16,67%
- (B) 44,43%
- (C) 66,67%
- (D) 0%
- (E) 83,33%

46. Um estudo aponta que, se houver um aumento de R\$ 8.000 em propaganda (custo fixo), as vendas aumentariam 15% (não há alteração no preço e demais custos). O efeito sobre o resultado operacional

- (A) aumentaria em R\$ 7.000.
- (B) aumentaria em R\$ 5.500.
- (C) reduziria em R\$ 7.000.
- (D) aumentaria em R\$ 13.500.
- (E) reduziria em R\$ 5.500.

Considere os seguintes dados extraídos dos registros contábeis da empresa “Alfa S.A.”, referentes ao exercício financeiro de 20X1 e responda às questões **47 e 48**.

- Patrimônio Líquido Inicial (Total): R\$ 5.000.000
- Lucro Líquido do Exercício: R\$ 1.000.000
- Dividendos obrigatórios distribuídos: R\$ 300.000
- Aumento de capital social com utilização de reservas de lucros: R\$ 400.000
- Aquisição de ações da própria entidade (Ações em Tesouraria): R\$ 100.000
- Constituição de Reserva Legal a partir do lucro líquido: R\$ 50.000

47. Considerando exclusivamente os itens que afetam o patrimônio total e a técnica de somatório da coluna “Patrimônio Líquido Total” da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, qual é o valor do Patrimônio Líquido da empresa ao final do exercício de 20X1 (em R\$)?

- (A) 5.650.000
- (B) 5.850.000
- (C) 5.600.000
- (D) 5.150.000
- (E) 6.050.000

48. Com base na classificação das mutações patrimoniais, qual é o valor total das “mutações internas” ocorridas no período (em R\$)?

- (A) 1.000.000
- (B) 1.450.000
- (C) 350.000
- (D) 300.000
- (E) 450.000

Considere as informações a seguir para responder às questões **49** e **50**.

A empresa Delta S.A. apresentou os seguintes dados referentes ao exercício de 20X1 para a elaboração de sua Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):

- Lucro Líquido do Exercício: R\$ 50.000
- Depreciação e Amortização reconhecidas no resultado: R\$ 5.000
- Ganho na venda de Imobilizado: R\$ 1.000 (o item foi vendido por R\$ 7.000 à vista)
- Aumento no saldo de Contas a Receber de clientes: R\$ 8.000
- Redução no saldo de Estoques: R\$ 4.000
- Aumento no saldo de Fornecedores (Contas a Pagar operacionais): R\$ 6.000
- Pagamento de juros sobre empréstimos: R\$ 1.500 (a empresa segue a orientação encorajada pelo CFC para classificação)
- Aquisição de Ativo Intangível à vista: R\$ 12.000
- Aquisição de Veículos por meio de Arrendamento: R\$ 20.000 (sem desembolso inicial de caixa)
- Pagamento de Dividendos aos acionistas: R\$ 5.000 (a empresa segue a orientação encorajada pelo CFC para classificação)
- Amortização (pagamento) de principal de empréstimos bancários: R\$ 10.000
- Captação de novos empréstimos do longo prazo (entrada de caixa): R\$ 15.000
- Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa: \$ 10.000

49. Utilizando o método indireto, qual é o valor do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (em R\$)?

- (A) 56.000
- (B) 55.500
- (C) 54.500
- (D) 50.500
- (E) 53.500

50. Qual é o valor do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento?

- (A) 12.000 (negativo)
- (B) 5.000 (negativo)
- (C) 25.000 (negativo)
- (D) 7.000 (positivo)
- (E) 32.000 (negativo)

